

PRODUÇÃO

ACERVO/ESTADÃO - 12/12/1968



A edição de 13 de dezembro de 1968 apreendida em razão do editorial 'Instituições em frangalhos'

que pôs por terra o comuno-nacionalismo”.

A obstrução do governo Goulart era o caminho natural para os liberais, que sonharam 1964 com uma intervenção saneadora, capaz de afastar o perigo de um novo golpe, à moda do Estado Novo varguista – uma ditadura simpática ao nazi-fascismo, que prendeu, perseguiu e matou opositores e, por cinco anos, manteve o *Estado* sob intervenção. Hoje, passados 60 anos do golpe de 1964, poucos se lembram dos acontecimentos e do clima que levaram empresários, militares e liberais a agir.

**VENCIDOS.** A história de 1964 foi uma história escrita pelos derrotados, avaliou o *Estado* anos mais tarde. A noção de que o anticomunismo tivesse sido a principal causa do movimento faz parte dessa história reescrita pelos perdedores de 64. Não foi isso. Para inúmeros políticos, empresários liberais e boa parte da opinião pública da época, era grande a possibilidade de Jango dar um golpe e instalar o que se chamava de “república sindicalista”, em aliança com os comunistas.

Importante para compreender a motivação das movimen-

tações daqueles dias é o documento datado de 20 de janeiro de 1962, intitulado Roteiro de Revolução. Era resultado da consulta de altas patentes a líderes civis de oposição, entre eles diretores do jornal, às ideias de Getúlio Vargas, em um culto que se definia vagamente como “varguismo”. “Se as Forças Armadas agirem com o critério devido e a necessária energia, em dois ou no máximo três anos terá voltado ao Brasil um estado de saúde política e social que permita o restabelecimento, em perfeitas condições, do regime constitucional.”

Temia-se fundamentalmente que Jango estivesse preparando um golpe inspirado no Estado Novo. Um dos maiores expoentes dessa tese, o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), dizia, no entanto, evitar recorrer aos militares, pois temia que, uma vez no poder, ali se encastelassem por muitos anos. Outros mais otimistas ou talvez ingênuos acreditavam que os generais derrubariam Goulart e deixariam o poder rapidamente, convocando eleições em seguida.

**‘CONTRARREVOLUÇÃO’.** Lacerda pretendia disputar a Presi-

*“Acho fundamental, para que se possa fazer uma análise objetiva e fria sobre a chamada revolução de 1964 – que na realidade não foi uma revolução, não foi um golpe, mas um contragolpe –, situada no tempo político internacional. No começo dos anos 1960, com a vitória de Fidel Castro e com sua entrada no jogo do bloco soviético, o foco principal da Guerra Fria passou a ser a América Central, o centro geográfico das Américas. O risco era real. Diz-se que a história é sempre escrita pelos vencedores. A história do golpe de 64 foi escrita pelos derrotados”*

Ruy Mesquita

Diretor do ‘Estado’, em 2004

dência em 1965 e tinha como principal oponente o ex-presidente Juscelino Kubitschek, do PSD. Enquanto isso, João Goulart tentava reformar a Constituição para que pudesse disputar a reeleição. Goulart nunca foi eleito presidente da República. Ele assumiu o cargo de presidente, por determinação constitucional, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, em meio a grave crise política.

Em uma receita de instabilidade, as regras eleitorais daquela época permitiam que presidente e vice concorressem por partidos diferentes. Jânio era da UDN. Goulart, do PTB. Os dois partidos tinham ideias opostas de Brasil.

“Acho fundamental, para que se possa fazer uma análise objetiva e fria sobre a chamada revolução de 1964 – que na realidade não foi uma revolução, não foi um golpe, mas um contragolpe –, situada no tempo político internacional. No começo dos anos 1960, com a vitória de Fidel Castro e com sua entrada no jogo do bloco soviético, o foco principal da Guerra Fria passou a ser a América Central, o centro geográfico das Américas. O risco era real. Diz-se que a história é sempre escrita pelos vencedores. A história do golpe de 64 foi escrita pelos derrotados”, avaliou Ruy Mesquita, diretor do *Estado*, em 2004.

Nove dias depois da derrubada de Goulart e empossado presidente o general Humberto Castelo Branco por eleição indireta no Congresso Nacional, o *Estado* externou seu primeiro incômodo com o rumo que as coisas estavam tomando. Em editorial no dia 10 de abril de 1964, o jornal considerou necessário o Ato Institucional, que viria a ser chamado de AI-1 com a edição de outros mais tarde, mas alertou: “Espera-se que vigore somente até 1966 com a posse de um novo presidente eleito”.

Em 27 de outubro de 1965, veio o segundo Ato Institucional, o AI-2. Dobrado pela ala radical de militares organizados em torno do general Costa e Silva, ministro da Guerra, Castelo romperia o compromisso com a rápida redemocratização. O AI-2 instituiu eleições indiretas para a Presidência e os governos estaduais. Seus complementos, editados logo em seguida, o AI-3 e 4, acabaram com os partidos tradicionais, criando apenas dois, um governista, a Arena, e outro de oposição consentida, o MDB.

O cenário temido por tantos animadores do golpe de 64 se materializava. A “revolução” começou ali a abrir espaços para os clones de Évaresto Gamelin, o fanático dos fins justificam os meios do célebre romance *Os Deuses Têm*

*Sede*, de Anatole France, competentemente traduzido para o português por Mario Laranjeira e editado em 2007 pela Editora 34.

Os liberais, democratas e até muitos dos eternos insatisfeitos com o varguismo e seus sucessores, Carlos Lacerda à frente, romperam com o regime dos generais. Para o *Estado*, o AI-2 sinalizou o começo da escalada da férrea oposição ao militarismo e ao adiamento para as calendas da reinstitucionalização da vida política do País, que culminaria com a invasão da gráfica do jornal no dia 13 de dezembro de 1968.

**‘FRANGALHOS’.** O duro e corajoso texto do editorial *Instituições em frangalhos*, que abria a seção Notas & Informações da edição recolhida pela polícia foi o último escrito por Julio de Mesquita Filho. O preço pago pelo jornal por sua atitude seria alto. “Nunca o *Estado* cogitou dos custos possíveis da obediência a um comando da sua consciência cívica. O preço que nós pagamos pela derrota de nossos ideais em 1964 foi caro: foi a vida de meu pai, em primeiro lugar”, afirmou Ruy Mesquita na entrevista de 2004.

#### Direção

**A ordem aos jornalistas do ‘Estado’ era clara: ‘Façam reportagens e escrevam. Os censores que cortem’**

Após a apreensão do jornal, Julio de Mesquita Filho deu a seu filho e também jornalista Julio de Mesquita Neto a missão de informar ao governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, e ao general Correia de Andrade que, em hipótese alguma, o jornal faria autocensura. Se o governo quisesse, ele que mandasse censores às redações do grupo.

“Com o AI-5, quando parou de escrever, como escrevia diariamente, o primeiro editorial do *Estado*, ele caiu doente. Era um homem de uma saúde muito boa, mas era um psicossomático. Foi o trauma moral pelo que estava acontecendo no País que o levou à morte”, contou Ruy Mesquita. Julio de Mesquita Filho morreu sete meses depois da apreensão da edição, em julho de 1969.

Na primeira fase do ataque aos jornais do grupo, os censores permaneceram na sede do *Estado* até o dia 6 de janeiro de 1969. Depois, passaram a executar a censura prévia por telefone ou por meio de bilhetes e listas de assuntos proibidos, até que decidiram retornar fisicamente ao jornal em agosto de 1972. ●



NA WEB  
Leia o editorial ‘Instituições em frangalhos’, de 13 de dezembro de 1968  
[www.estado.com.br/](http://www.estado.com.br/)